

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A diocese de Guarabira/BP e a luta pela terra (décadas de 1980 e 1990): memórias do clero e dos camponeses

Francisco F. de Paiva Neto*

RESUMO: Analisamos o papel do clero da Teologia da Libertação e dos camponeses na construção de experiências pela reforma agrária e por direitos sociais. Avaliamos o papel pedagógico, organizativo e gerencial da CPT em relação aos camponeses. A leitura das obras de E. P. Thompson e de Antonio Gramsci nos fez refletir sobre a quebra das relações tradicionais (a exemplo da questão da economia moral); e, da ação da Igreja, do “partido católico”, na constituição de um bloco junto aos camponeses, que na experiência de luta não mais aspiraram a permanência das relações paternalistas, mas a realização da reforma agrária.

Palavras-chave: Teologia da Libertação; reforma agrária; partido católico

ABSTRACT: We analyze the paper of Liberation of Theology of clergy and contrymen in experiences constructions for agrarian reform and social rights. We appraise the pedagogy paper, organized and managemental of CPT when to refer the contrymen. The reading of E. P. Thompson and A. Gramsci work's reflect about traditions (like the moral economy) and the church's action, the “catholic party”, in the construction of the one block joined with the contrymen, that in the experience of struggle doesn't aspired the permanence of paternal statement but the realization of agrarian reform.

Keywords: Liberation of Theology; agrarian reform; catholic party.

A questão agrária no Brasil tem sido marcada por tensões, que têm as suas ressonâncias no nosso cotidiano. Recentemente alguns atores sociais assumiram papéis mediadores dentre eles o Estado, a Igreja e os sindicatos de trabalhadores rurais. O mais importante deles foi a Igreja, que desde os anos 70, através de assessorias, atua na conscientização e mobilização dos trabalhadores rurais. A Igreja denunciou e defendeu os camponeses das injustiças, que se expandiram desde o golpe de 1964, sobretudo através dos religiosos vinculados a Teologia da Libertação, cuja meta é a transformação socioestrutural. Conforme FERNANDES (2001: 76): “a partir da categoria **o pobre ou o excluído** partindo de suas questões e de sua cultura, possuindo [...] um caráter intra e extra-ecclesial que pretende questionar – a partir da religião – outras esferas da vida social como a política e a economia”. O clero progressista tinha como base para sua prática o marxismo, que se confrontou com as bases políticas do clero vinculado ao Concílio do Vaticano I, dos latifundiários e dos seus representantes.

Os anos 70 representaram a possibilidade de expansão para as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sementeiras de diversos movimentos sociais rurais e urbanos. As ações das CEBs no campo fomentaram o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada a Linha 6 da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT ao

(Ms. em Ciências Sociais/UFRN- Prof. UEPB)

lado dos trabalhadores rurais passou a reivindicar a reforma agrária para garantir direitos sociais aos camponeses. A inserção nos anos 80 de “novos sujeitos” políticos exige uma apreensão da política que perceba a expansão de ações assentadas no cotidiano, nos novos canais de participação em detrimento da estrutura de caráter vertical da política tradicional (SADER, 1987).

No campo os “novos sujeitos” que se inseriram na política na transição para a democracia entre meados da década de 1970 (“transição lenta e gradual” do governo Geisel) até 1989 com a primeira eleição direta após três décadas. Tais condições se efetivaram em relação aos camponeses com a criação da CPT em 1975 - momento de crise econômica do governo ditatorial - dificuldades externas e internas, devido a “crise do petróleo” (1973) e o “milagre econômico” davam sinais de desgaste - razão pela qual os dirigentes iniciaram a “distensão” política (1974) visando obter legitimidade, pois o substrato econômico legitimador do regime havia se esgarçado. A partir daí a CPT desempenhou o papel de retomar as mobilizações no campo em diversos estados. As transformações da Igreja, pós-Concílio do Vaticano II, associadas ao contexto nacional do Brasil nas décadas de 70 e 80 foram fundamentais ao desligamento de setores do clero em relação ao Estado e à elite rural, resultando em violências contra religiosos e leigos. Nesse quadro compreendemos a transformação de parte do clero em intelectuais orgânicos dos camponeses, pois a Igreja está situada num contexto social e historicamente determinado (MAINWIRING, 2004; MADURO, 1981). Conforme Gramsci a Igreja é “uma sociedade civil dentro da sociedade civil” nos motivando a concluir que, embora exista uma hierarquização entre os membros do clero, os debates internos entre diversos grupos são cotidianos. Em meio a essa situação, os movimentos sociais no campo ganharam uma maior projeção, devido a fundação da CPT na cidade de Goiás em 1975.

As condições do campesinato brasileiro, na década de 70, eram de crescente miséria devido a expulsão do campo e da desorganização política. Partimos do pressuposto que foram essas as condições que possibilitaram um diálogo entre os camponeses e os padres simpáticos à Teologia da Libertação. Diante desse quadro, encontramos uma possibilidade de analisar o surgimento na CPT de agentes que se apresentaram como intelectuais orgânicos dos camponeses. Logo:

“Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo

orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (GRAMSCI, 1989: 3-4).

Os intelectuais orgânicos são aqueles que agem no campo das superestruturas, promovendo a unidade social e política da classe a qual se vinculam, objetivando torná-la consciente do seu papel histórico e/ou construir e manter o consenso das demais classes em torno do seu domínio. Os intelectuais orgânicos os forjadores do bloco histórico, a unidade orgânica entre base e superestrutura, baseada na aliança de classes, mas que não se limita a ela.

Gramsci caracterizou o clero católico como “a mais típica” categoria de intelectuais tradicionais, ou seja, as categorias residuais representantes de uma ordem social precedente, que não fora de todo superada pelo desenvolvimento da nova formação econômico-social, que têm como função básica manter a coesão do “bloco agrário” como os camponeses subalternos ante os grandes proprietários rurais, construindo desta forma a unidade do “bloco histórico” industrial-agrário. Não obstante, podemos, a partir da sua formulação, avaliar que o surgimento e o papel dos intelectuais só podem ser compreendidos se forem referenciados historicamente, pois no caso referente ao advento da Igreja popular (voltada para as questões da Teologia da Libertação) encontramos uma descontinuidade no que se refere a política tradicional e a defesa do latifúndio. Assim, podemos caracterizar os membros da CPT da Paraíba como intelectuais orgânicos dos camponeses nas décadas de 80 e 90.

Nesses termos, diante da ação mediadora Igreja/sociedade desempenhada pelo clero progressista nos centros urbanos e no campo, podemos afirmar a constituição de um grupo que se antagonizou a práticas sociais de conservação de privilégios sociais. Diversas eram as siglas, concepções e projetos de movimentos sociais urbanos e rurais que se relacionavam e se auxiliavam fomentando discussões, mobilizações e ações contra as práticas das classes abastadas.

Em relação às áreas rurais interessa-nos analisar a CPT como um verdadeiro partido numa acepção gramsciana. Para Gramsci a noção de partido tem um sentido amplo, podendo ser uma igreja um movimento social etc (DEBRUN, 2001: 38). Assim:

“na sociedade ‘ninguém é desorganizado e sem partido’. Um jornal, uma revista também podem ser considerados partidos. Uma elite de homens de cultura pode orientar ideologicamente as forças políticas de uma sociedade. Mas um partido

se torna elemento progressivo de massa quando favorece a formação de 'vontade coletiva', não agindo de fora, como 'portador' da consciência de classe', mas promovendo a articulação de forças dispersas e a elaboração do 'programa proletário' (SEMERARO, 1999: 85).

Para Gramsci grande é a importância dos intelectuais e do partido, os construtores do consenso entre as diversas forças políticas sociais na construção e disputa cotidiana pela hegemonia. Chegamos a um ponto crucial, onde é preciso reconhecer que em termos de prática católica ocorreu uma verdadeira “luta hegemônica”, ou seja, uma luta entre

“pedagogias diversas, entre diversas formas de influenciar culturalmente o curso das coisas, em que a 'necessidade implacável' da economia deixa sempre uma margem suficiente de manobra para a intervenção, racional ou irracional, de indivíduos, grupos e classes sociais, que podem afinal imprimir uma direção diversa à 'necessidade'” (BARATTA, 2004: 185).

Em Gramsci há uma relação íntima entre hegemonia e pedagogia. Podemos compreender que sob esse prisma como algumas bases do tradicional (o da cana) e do novo (o da pecuária e da cana) “bloco agrário” foram sendo erodidas pelo clero, pelos leigos e pelos camponeses comprometidos com a reforma agrária, que buscaram construir uma desvinculação das massas em relação aos grandes proprietários e ao catolicismo conservador como forma de construir uma nova organização social.

O cristianismo foi analisado por Gramsci como um movimento histórico, como uma força política. Isso ocorreu:

“em parte, porque ele era baseado numa doutrina metafísica, caracterizada pela separação entre homem e mundo, sujeito e objeto, teoria e prática. Deus fez o mundo e depois nele colocou o homem, o que sancionou o poder dos teólogos, bispos, papas etc. (dirigentes), sobre a massa de fiéis como acentuou Portelli. De qualquer maneira, o catolicismo foi o intelectual orgânico coletivo do mundo feudal, e, na época burguesa, se transformou num intelectual coletivo tradicional, adepto de uma restauração ou integração das forças conservadoras num bloco burguês-reacionário” (SECCO, 2006: 196).

O diálogo dos clérigos simpáticos a teologia da libertação com os trabalhadores do campo e da cidade foi profícuo graças ao fato de se considerar como eixo dessa perspectiva a figura do Cristo, libertador dos homens do pecado e de todas as suas conseqüências, inclusive as injustiças. Por isso, ao se narrar a libertação dos hebreus do

cativeiro no Egito e a sua marcha para a Terra Prometida, o Êxodo assume a imagem bíblica da mensagem da salvação. Assim o sagrado não é algo distinto da história da humanidade ou superposto a ela, mas intervenção de Deus. Um outro elemento importante da teologia da libertação é o método de análise marxista.

Na década de 1970, D. José Maria Pires foi o grande articulador para o surgimento da Pastoral Rural (PR) na Paraíba, contando com o apoio de D. Hélder e de D. Fragoso. A PR combateu com esmero as perseguições e violências contra camponeses e agentes pastorais. Nas fazenda Mucatu e Alagamar a Igreja mobilizou os camponeses que estavam sendo expulsos conseguindo os primeiros ensaios de reforma agrária. A partir daí, encontramos uma diversidade de perspectivas metodológicas de atuação dos grupos cristão, através de linhas de ação como a da Animação cristã no meio Rural (ACR), do Movimento de Evangelização Rural (MER) e da CPT, além das próprias CEBs, do Serviço de Educação Popular (SEDUP/Guarabira), dentre outros.

Posteriormente, com o surgimento da Diocese do Brejo na cidade de Guarabira/PB a luta pela terra ganhou mais fôlego. Esta diocese possibilitou a fundação de diversos órgãos da Igreja que agiram junto a outros movimentos sociais (TOSI, 1988; CALADO, 1996; SILVA, 2003).

Entendemos que a Igreja da “Diocese do Brejo”, sob os auspícios de D. Marcelo e com a contribuição de religiosos como o Monsenhor Luís Pescarmona e a Irmã Valéria Rezende, criou uma nova perspectiva de política no campo no agreste paraibano.

A presença dos órgãos da Igreja no que se refere a reforma agrária se deu num contexto de expulsão de camponeses na área de expansão da monocultura da cana e da pecuária. O Centro de Orientação e Defesa dos Direitos Humanos em Guarabira se voltou para os camponeses que sofreram violências verbais, físicas ou prisões arbitrárias, devido a participação de milícias privadas ou contingentes policiais do IV Batalhão, especialmente no período entre as décadas de 80 e 90 do século passado.

A transferência do padre Luigi para Guarabira se deu na época em que D. José Maria Pires era o bispo de João Pessoa e D. Marcelo respondia pela Diocese de Guarabira. As conversações entre os bispos e o padre Luigi tinham um enleio com as questões sociais. Conforme nos relatou padre Luigi: “Ficaram satisfeitos com a minha disposição e as nossas conversas versaram a respeito da questão dos direitos humanos e de pastoral rural, por meio da CPT”.

Um aspecto importante é a presença de religiosos estrangeiros relacionados com a Teologia da Libertação militando na Paraíba.

“Eu me lembro que não havia padres brasileiros, exceto dois: o padre Epitácio, de Serra da Raiz e o padre Joaquim, de Araruna [...] E nós tínhamos na Paraíba a preocupação de que cada comunidade tivesse integrada num tripé: comunidade-sindicato-partido (Padre Luigi).

Através do diagnóstico uma série de medidas foram tomadas para auxiliar os camponeses, que tinham uma “cultura de resistência”. A opção do padre Luigi de experienciar as teses de Medellín e de Puebla se apresentava forte, pois se manteve afastado do sacramentalismo para vivenciar uma prática comunitária.

A relação entre o clero/camponeses foi fruto de uma nova cultura de mediação política, que implica em uma revisão dos paradigmas tradicionais da instituição e das populações conforme as suas experiências cotidianas. A nova concepção de prática da Igreja se relacionou com as demandas dos movimentos sociais. Essa mudança foi claramente:

“em direção do reconhecimento do direito a terra e em direção do favorecimento da luta pelos direitos a terra e em direção do favorecimento da luta pelos direitos sociais e políticos dos trabalhadores do campo. Mas quem conhece de perto o assunto não pode deixar de reconhecer que os trabalhadores tiveram um papel fundamental na conversão das Igrejas particulares à sua causa (MARTINS, 1993: 80-81).

A nova prática do clero se uniu as demandas do favorecimento da luta por direitos a terra e pelos direitos sociais e políticos dos trabalhadores do campo. Segundo Oliveira (2001, 189): “a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, [...] característica particular do século XX. Entendo que o século passado foi [...] uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social”. Nesse sentido, nos fundamentamos na noção de classe como experiência social (THOMPSON, 1987:9).

Essa reflexão nos permite perceber que um determinado sujeito pode elaborar um conhecimento relacionado com uma dada prática, estado relacionado com um coletivo e identificado com uma classe social. Tal experiência é que permite afirmar que uma *classe é definida pelos homens enquanto vivem a sua própria história e, ao final, este é sua única definição* (THOMPSON, Op. cit: 12).

Entendemos que as transformações da Igreja Católica, a partir do Concílio do Vaticano II, associadas ao contexto social, político e econômico do Brasil nas décadas de 70 e 80 foram fundamentais para um afastamento de setores do clero em relação ao Estado e à elite rural, que resultou em perseguições ou assassinatos de religiosos – e leigos. Tais condições nos permitem compreender a transformação de parte do clero católico em intelectuais orgânicos dos trabalhadores rurais. Essas condições nos permitem refletir o surgimento da CPT como um órgão clerical que assumiu um papel de questionar, dentro de certos limites históricos e institucionais, as expressões do capitalismo no campo. Logo:

“O Brasil não teve corporações de ofício minimamente poderosas e nunca teve, em consequência da escravidão, um campesinato livre significativamente capaz de defender os próprios direitos. Essa é provavelmente, a mais forte causa do tardio aparecimento de uma força social capaz de propor um implícito estatuto ético e social à expansão capitalista, como se dá com a CPT e o MST”
(MARTINS, *Idem*: 142).

A luta pela terra uniu religiosos e trabalhadores, onde discurso e a ação criavam uma amálgama em que a ascensão do clero, referenciada pelo desprendimento diante dos riscos de morte ou agressões, teve correspondência no “fazer-se” dos trabalhadores rurais em luta por direitos, devido a crise da “economia moral”, que os moveu não mais para a preservação das relações tradicionais de parceria, mas pela reforma agrária ante o avanço dos pastos e dos canaviais.

BIBLIOGRAFIA

- BARATTA, Giorgio. *As rosas e os Cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Trad.: Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2004.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. Traços da caminhada da CPT, no Nordeste. In: _____. *Movimentos sociais, estado e educação no Nordeste: estudos de experiências no meio rural*. João Pessoa: Idéia, 1996, p. 87-135.
- CÂMARA, Antônio da Silva. Movimentos sociais camponeses no Brasil e a questão da reforma agrária. In: Seminário “Nordeste, o que há de novo ? Natal: Nordeste Gráfica, 1988.
- CASO LUIGI PESCARMONA: FEDERAL PEDE PERMISSÃO PARA INICIAR PROCESSO DE EXPULSÃO. *O Norte*, 19/10/1997.

- DEBRUN, Michel. *Gramsci filosofia, política e bom senso*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp; Centro de Lógica e Epistemologia, 2001.
- FERNANDES, Silvia Regina Alves. Diferentes olhares, diferentes pertenças: Teologia da Libertação e MRCC. In: *Revista de Estudos da Religião*, n. 3, 2001, p. 76-92.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.
- MADURO, Oto. *Religião e luta de classes*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, Brasiliense, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- _____. Expropriação e violência – a questão política no campo. São Paulo, HUCITEC, 1991.
- _____. A chegada do estranho. São Paulo, HUCITEC, 1993.
- _____. A Comissão Pastoral da terra no redemoinho da história. In: *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: EdUSP, 2004, p.133-154.
- MOREIRA, Emília. *Capítulos de geografia agrária na Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.
- _____. *Por um pedaço de chão (Agreste e Sertão)*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997 (V. II)
- OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: *Estudos Avançados*, N. 15, v. 43, 2001, p. 185-206.
- PAIVA, Vanilda. A Igreja Moderna no Brasil. In: _____. Igreja e questão agrária. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- SECCO, Lincoln. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2001.
- SILVA, Severino Bezerra da. *Assentamentos rurais: território de conflito e sociabilidade camponesa*. São Paulo: 2003 (Tese de Doutorado)
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa (3 vols.)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOSI, Giuseppe. *Terra e salário para quem trabalha. Um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo Paraibano*. Campina Grande: 1988 (Dissertação de Mestrado).

Entrevistas realizadas (1º. e 2º. semestre de 2004): Padre Luigi Pescarmona, 68 anos, membro da CPT (Guarabira).